

## A PERCEÇÃO DE PROFESSORES SOBRE O PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO EM UM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Adriana Oliveira Bernardes<sup>1</sup>

Annie Redig<sup>2</sup>

### RESUMO

Um dos elementos importantes para inclusão do aluno com deficiência na escola é o PIT (Plano Individual de Transição) que aliado ao PEI (Plano Educacional Individualizado) poderá promover não só uma educação cidadã, mas também de qualidade aos alunos. O objetivo deste artigo é apresentar a visão de professores da Educação Básica obtida através de fórum de discussão em curso de formação continuada sobre a elaboração de tais documentos. Avaliamos então as contribuições de 51 professores em um fórum, sendo que as respostas se encontram ancoradas em seis categorias principais. Avaliando a contribuição dos alunos do curso, obtivemos os seguintes resultados: 19% afirmaram que para a implantação do PIT é necessário o engajamento de todos, 17% parcerias, 13% o engajamento da família, 13% o desenvolvimento das potencialidades nos alunos, 10% trabalhar a questão do preconceito, 7% o engajamento dos professores e 23% apontaram outros fatores. Através de análise de conteúdo das categorias apontadas, observamos que a maioria dos professores alunos acreditam na importância da participação de todos para elaboração do documento, os mesmos acreditam que tal documento, poderá dentro da escola criar meios que possibilitem a transição da escola para o trabalho. O trabalho sugere que de maneira geral o professor vê de forma positiva a implantação do PIT e que destaca questões importantes e que ajudariam em sua implantação na escola, o que colaboraria de forma substancial para inclusão de alunos com deficiência, em particular, intelectual.

**Palavras-chave:** Plano Individual de Transição; Formação Continuada de Professores; Educação à Distância; Educação Inclusiva.

### INTRODUÇÃO

Com a política de Educação Inclusiva (BRASIL, 1996, 2008, 2015, entre outros), que preconiza que a escola precisa se adaptar para o recebimento de alunos com deficiência, o número de matrículas destes educandos em turmas comuns vem aumentando e com isso, a necessidade de que a escola ofereça uma educação de qualidade para todos, com suportes adequados tanto para o docente quanto discentes, de forma a garantir um processo de ensino e aprendizagem eficaz.

Neste contexto podemos considerar que:

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, física.adrianabernardes@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro, annieredig@yahoo.com.br

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) ter trazido benefícios a tais alunos, que a partir daí puderam frequentar turmas de ensino regular juntamente com seus pares alunos do Ensino Médio, ainda é necessário que haja empenho para que o mesmo possa receber uma educação de qualidade em detrimento de simplesmente frequentar a escola. Apesar da lei ter mais de vinte anos, é importante considerar que temos ainda um longo caminho a seguir para que o mesmo possa se desenvolver plenamente dentro de suas especificidades, como supramencionado. (BERNARDES, 2019, p. 284)

Em 1999, o Decreto nº 3.298 (BRASIL, 1999) que regulamenta a Lei nº 7.853/89 (BRASIL, 1989), ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino. As Diretrizes Nacionais da Educação Especial (BRASIL, 2001) determinam que os sistemas de ensino devam matricular todos os alunos e será a escola que deverá se organizar para atendê-los de acordo com suas especificidades.

Um ano depois, a Resolução CNE/CP nº1/2002 (BRASIL, 2002), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) dentre todas as questões prevê a formação docente e a oferta de suportes que atendam às necessidades dos educandos. Na Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência – LBI (BRASIL, 2015), reforça a formação inicial e continuada docente e “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino”.

Desta forma, a formação continuada de professores é um dos fatores de maior importância para a inclusão escolar de alunos com deficiência. Pensando nisso, o presente artigo tem como finalidade analisar uma atividade do curso “Deficiência Intelectual: transição da escola para a vida independente” ofertado pela Fundação Cecierj (Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro)<sup>3</sup>. Este curso foi oferecido na modalidade de Educação à Distância (EAD) e atividade analisada foi o fórum sobre: a

---

<sup>3</sup> <https://www.cecierj.edu.br>

importância da elaboração do Plano Individualizado de Transição (PIT) na escola e como ele deverá ser elaborado.

## **Estratégias pedagógicas para possibilitar a individualização do ensino**

Pensando a individualização do ensino, os recursos (humanos, materiais e de acessibilidade) a serem utilizados com os alunos são importantes e devem abranger suas especificidades. O professor deve utilizar materiais e estratégias pedagógicas que contemplem todos os estudantes, inclusive os com deficiência. Desta forma, para possibilitar a construção de conhecimento, é importante pensar em práticas individualizadas e com isso utilizar instrumentos que permitam a flexibilização curricular. Sendo assim, o Plano de Ensino Individualizado (PEI) é uma ferramenta valiosa nesse percurso.

Entende-se como PEI, um planejamento individualizado, onde é periodicamente revisado e avaliado, contendo todas as informações do discente. Tem como base interesses, possibilidades, conhecimentos do estudante, bem como suas necessidades e prioridades de aprendizagem (como ensinar, quem vai ensinar e como ensinar). O PEI prevê, também, recursos, estratégias, conteúdos, profissionais envolvidos, expectativas, prazos, habilidades. Sua elaboração se dá com todos os atores envolvidos nesse processo. (SIQUEIRA; REDIG; ESTEF, 2018, p. 4)

Podemos então observar que é um documento dinâmico, podendo ser constantemente modificado na medida em que é avaliado durante o processo, sendo bem-sucedido ou não, possibilitando a modificação de ideias e até objetivos. Sendo assim, para a implementação do PEI é necessário professores que percebam a importância de práticas pedagógicas diversificadas. A questão em si, nos leva não só a importância da discussão dos documentos, como também relevância de bons cursos de formação docente. Mascaro (2018, p. 14) corrobora com essa discussão no sentido em que coloca que:

Essa escola contemporânea pressupõe uma pedagogia que se comprometa com o processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo as especificidades dos alunos para promover a autonomia intelectual dos mesmos. O trabalho, no princípio da inclusão, requer que as propostas pedagógicas sejam centradas no aluno, ou seja, a escola precisa flexibilizar o modo de ensinar para que todos os alunos construam conhecimentos. Tendo em vista o exposto, discorreremos neste artigo sobre a estratégia pedagógica do PEI como uma possibilidade de favorecer o processo ensino aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual neste cenário.

O PEI é descrito como uma ferramenta pedagógica na medida em que normatiza o trabalho a ser realizado com o aluno com deficiência, a partir de estratégias individualizadas para o seu desenvolvimento baseado em suas especificidades. Tal visão sobre o PEI corrobora as afirmações de Pinheiro e Redig (2019, p. 1) que ressaltam que:

A escolarização de alunos com deficiência apresenta-se como um desafio para a escola contemporânea. Desta forma, é preciso a criação de práticas pedagógicas diferenciadas que garantam a construção de conhecimento. É necessária a elaboração de estratégias e planos de ação que sistematizem o percurso formativo destes estudantes de forma a possibilitar não apenas a aquisição de conteúdos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades para uma vida independente e conseqüentemente a sua inclusão escolar e social.

Nesse sentido, para a construção de práticas pedagógicas que possibilitem o desenvolvimento de habilidades para uma vida independente/adulta, para o momento pós-escola é preciso a implementação de práticas voltadas para esses aspectos. Sendo assim, como já discutido, há necessidade de planos individualizados que contemplem as capacidades e interesses dos educandos com deficiência. Portanto, um instrumento vinculado ao PEI que permite isso é o Plano Individualizado de Transição (PIT).

O PIT visa permitir que o aluno com deficiência possa desenvolver habilidades para o momento pós-escola, tendo opções de escolha para o ingresso no mercado de trabalho, curso profissionalizante, ensino superior, etc. O PIT, de acordo com Pinheiro e Redig (2019, p. 7) “torna-se, portanto, uma possibilidade facilitadora deste processo. Desse modo, visando alcançar uma transição mais suave da escola para o trabalho, os jovens com deficiência necessitam de definir metas e de identificar o papel que querem desempenhar na sociedade”.

A utilização de planos individualizados no processo de ensino aprendizagem de estudantes com deficiência é importante para garantir os suportes pedagógicos necessários para a sua escolarização, além de entender quais as demandas que este educando apresenta. A participação de toda comunidade escolar, familiares e até mesmo do aluno, é fundamental para a construção de um plano eficaz e com comprometimento de todos os envolvidos. Entretanto, para que a política de inclusão escolar seja uma realidade, é importante pensar na formação docente.

## **Formação continuada de professores na perspectiva inclusiva**

A constituição federal (BRASIL, 1988), em seu o artigo 205, define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. No caso de alunos com deficiência, documentos como o PEI e o PIT podem colaborar efetivamente com a inclusão escolar e social, fazendo com que possam participar da comunidade como agentes ativos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (BRASIL, 1996) aponta a importância de uma formação cidadã dos alunos, assim, o estar na escola apenas, deve ser preterido. Formar o cidadão traz a importância implícita de prepará-lo para vida em sociedade e junto a diversidade de pessoas que a compõe. Neste contexto, uma formação cidadã subentende um leque de oportunidades para o estudante que se desenvolverá juntamente ~~junto~~ a com os seus pares em sociedade, convivendo com a diversidade que é algo inerente à escola. Assim, uma formação cidadã pressupõe uma escola que faça diferença na vida do educando, não só oferecendo condições de desenvolvimento de habilidades e competências para que o sujeito possa participar efetivamente da vida em sociedade, mas também para que perceba que faz parte de um ambiente no qual a diversidade prevalece e é algo normal.

As políticas públicas da década de 90 até os dias de hoje possibilitaram não só o estar na escola para tais alunos, como também benefícios em relação a sua permanência e também a qualidade no ensino. Em relação a tais políticas, muitas visavam a partir do momento em que o aluno estava já na escola, colaborar para sua permanência, bem como para uma melhor qualidade no ensino.

Neste contexto em que num segundo momento almeja-se que o aluno receba um ensino de melhor qualidade, a formação do professor para trabalhar com a diversidade será fundamental para que novos patamares sejam alcançados. Apesar da importância de tais documentos, problemas vêm sendo detectados no processo de sua elaboração, como aponta Bernardes (2019, p. 288) “analisando os resultados obtidos, sobre a percepção da coordenação pedagógica de colégio público estadual em relação a elaboração do PEI, observa-se que a falta de conhecimento de como elaborar o documento dificulta o processo, não havendo um planejamento de formação para o professor na escola”. Tal fato nos leva a refletir sobre as possíveis dificuldades dos professores de maneira geral para planos individualizados, assim, podemos ressaltar a importância de cursos de formação continuada que auxiliem o docente nas demandas do seu cotidiano escolar.

Nos dias de hoje, cursos na modalidade de EAD tem propiciado capacitações aos professores fazendo a diferença na vida profissional dos mesmos e podemos considerar que “a

Educação a Distância (EAD) se expande em diferentes níveis de ensino, sobretudo no âmbito do Ensino Superior, levando à necessidade de estudos que colaborem para a compreensão da qualidade dos processos educativos em EAD” (BICALHO, 2012, p. 1).

Imbernón (2002) defende a formação docente como um processo contínuo, que vai desde a experiência que tem na escola, prosseguindo ao longo da vida, indo além dos momentos especiais de aperfeiçoamento, relacionado também com questões referentes ao salário, carreira, estruturas, níveis de participação e decisão.

Não há dúvida que o professor tem um papel fundamental na educação escolar, mas há outros elementos igualmente importantes, como a atuação dos gestores escolares, as formas de organização do trabalho na escola, o clima institucional, os recursos físicos e materiais disponíveis, a participação dos pais, as políticas educativas. A pesquisa deve ajudar a superar as crenças e a visão do senso comum, não pode submeter-se a eles. (IMBERNÓN, 2002, p.177)

Logo, a importância da formação do professor para maior qualidade de ensino na escola é algo fundamental, principalmente quando consideramos a diversidade de alunos nela presente. No contexto da formação continuada de professores em relação à EAD, Rodrigues e Capellini (2012, p.615) colocam que “pode-se considerar a Educação a Distância (EaD) como grande possibilidade para formação continuada do professor e, em especial, neste trabalho referente à Prática de Educação Especial e Inclusiva”.

Este fator é realmente importante e as discussões ocorridas no curso no qual se deu esta pesquisa mostraram isso, contribuindo neste contexto o aprendizado colaborativo proporcionado pelos fóruns de discussão. Rodrigues e Capellini (2012, p. 625) observaram em sua pesquisa que “dos participantes, 96% consideram que a modalidade de Educação a Distância atende, inicialmente, à formação continuada de professores para o processo de inclusão da pessoa com deficiência”.

## **METODOLOGIA**

A opção metodológica do estudo foi por uma investigação de cunho qualitativo por meio de análise de conteúdo das respostas dos professores cursistas de um dos fóruns desenvolvidos no curso de formação continuada ofertado na modalidade de EAD sobre transição da escola para vida independente. O curso denominado como “Deficiência Intelectual: transição da escola para a vida independente” foi ofertado na modalidade de EAD para docentes de todo o estado

do Rio de Janeiro em parceria entre a Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Fundação Cecierj.

Este curso, realizado no segundo semestre de 2019 e com carga horária total de 30h, desenvolvido na plataforma Moodle<sup>4</sup>, teve como objetivo capacitar professores que atuam na educação básica com ênfase na deficiência intelectual, tendo como um dos tópicos oferecidos no curso, uma discussão sobre o desenvolvimento de um programa de transição da escola para vida independente. O curso discutiu temas relacionadas à Educação Inclusiva e estratégias alternativas para que o processo de transição aconteça de forma estruturada e planejada.

Nessa direção, a presente pesquisa analisou uma das atividades (fórum de debate) do curso sobre a elaboração e implementação do PIT para estudantes com deficiência intelectual. Sendo assim, participaram do fórum 51 cursistas, sendo 47 do sexo feminino e quatro do sexo masculino, denominados, aqui no texto, com a palavra *aluno* seguido por uma letra do alfabeto, como *aluno A*, *aluno B* e assim por diante.

O fórum analisado, ocorreu no período de 11 à 22 de novembro de 2019 e teve como proposta a discussão colaborativa, onde os cursistas deveriam responder e discutir as contribuições dos colegas, sobre o seguinte questionamento: *No intuito de elaboração e aplicação do PIT, quais ações podem ser implementadas na escola para o desenvolvimento de habilidades para vida independente?*

A pesquisa qualitativa realizada, tratou-se de um estudo de caso, no qual segundo Godoy (1995, p. 25): “se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente de um simples sujeito ou de uma situação em particular”. O que no nosso caso, nos debruçamos sobre a turma de professores de educação continuada que realizava o curso supramencionado. Para a análise das respostas foi utilizada a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin, que segundo Godoy (1995) trata-se de uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. Aplicamos então, a técnica, as falas dos professores obtidas através do fórum, categorizando-as. Para isso, realizamos a leitura de todas as falas apresentadas pelos professores no fórum e categorizamos conforme o que o mesmo destacava, que poderia ser a importância da família ou de todos para efetivação do PIT na escola.

Em relação a análise de conteúdo realizada, Bardin (1977, p.20) esclarece que a análise de conteúdo:

---

<sup>4</sup> O Moodle é uma plataforma de ensino gratuita com variados recursos a serem oferecidos para alunos na modalidade de EAD.

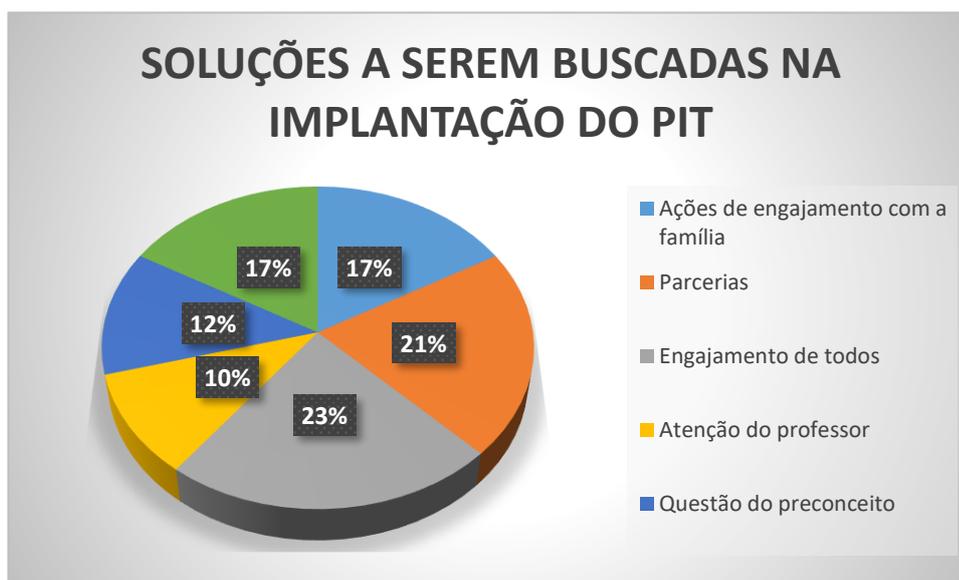
Designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Utilizamos então a referida técnica para analisar as falas de professores no fórum que discutia a importância e o que seria necessário para implantação do PIT na escola.

## RESULTADOS

Para analisarmos as respostas do fórum selecionado, dividimos os depoimentos em seis categorias: 1) Engajamento da família; 2) Parcerias; 3) Envolvimento do professor; 4) Preconceito; 5) Engajamento de todos; 6) Desenvolvimento de potencialidades.

Gráfico 1: Gráfico referente às categorias dos depoimentos dos docentes



Fonte: As autoras

Observamos que a categoria que recebeu a maior porcentagem das respostas se refere ao engajamento de todos os envolvidos e a segunda categoria a que fala na importância das parcerias. Desta forma, na categoria 1 que aponta que as ações devem estar alinhadas com o engajamento da família, podemos observar que as contribuições abordam a importância da articulação família x escola, considerando uma ação importante para o processo de transição do aluno com deficiência da escola para a vida adulta/independente.

*O aluno estar livre e a vontade para ser quem ele é, mesmo que não pareça saber ou não saiba. A expectativa deve estar no entusiasmo de realizar a fornada junto a ele e considerar que todo dia é um dia diferente e todo dia é possível pequenos avanços. Estar junto a família e compartilhar esse entusiasmo é mister, para que todos possam estar envolvidos, atentos e abertos as tentativas diversas na busca de dar ao aluno as condições para o seu desenvolvimento, no seu tempo. (Resposta do Aluno A)*

*Concordo! A articulação entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento e suporte ao aluno. (Resposta do Aluno B)*

*O trabalho deve ser realizado por um conjunto de profissionais em conjunto com a família do aluno e dando suporte ao aluno tanto ao aluno quanto a seus responsáveis, pois aqueles que cuidam de alunos incluídos tem uma rotina com muitas emoções e sentimentos diversos, desde questões de aceitação, frustrações e dores ligadas as dificuldades de prover condições para o bem estar adequado e necessário a este indivíduo. (Resposta do Aluno C)*

*Permitir que a família aprenda a estimular a independência desta pessoa especial através desta, que já pode ser chamada de oficina. Aprender a independência começa dentro de casa, começa com cuidados pessoais em casa. (Resposta do Aluno D)*

*Fazer uma ponte com a família é importante para o desenvolvimento da criança/adolescente, para criar vínculos com a família, com isso, vendo o aluno na sua totalidade e traçando ações para intervir. Na comunidade, criar rede, como cursos, oficinas, entre outras atividades. Para isso é importante contar com uma equipe multidisciplinar nas escolas. (Resposta do Aluno E)*

Neste contexto, é fundamental discutir a importância da família e o seu acesso às informações importantes na escola, valorizando então a troca entre os dois núcleos.

É no ambiente familiar que a criança tem as suas primeiras experiências e recebem os primeiros estímulos, podendo ser esse um local de crescimento e desenvolvimento, principalmente quando se trata de uma criança acometida com deficiência intelectual, já que necessita de uma assistência mais específica. Para isso, os familiares precisam ter esclarecimentos sobre a deficiência da criança e sobre sua importância no tratamento. A comunicação verbal e não verbal é uma das principais fontes de estímulo para a criança. Por isso, os pais ou cuidadores precisam estar bem informados sobre a patologia da criança, a equipe de saúde da instituição pode e deve tornar compreensíveis as especificidades da deficiência e oferecer um acolhimento para os mesmos. (SILVA; DESSEN, 2001)

Assim, a família como participa da vida da criança desde suas primeiras experiências, tem papel fundamental no desenvolvimento da mesma, para que assim, de forma conjunta possam colaborar para um desenvolvimento pleno de suas potencialidades, desde seus primeiros desafios até chegar ao mundo do trabalho. Somente com a parceria com a família será possível estimular e incentivar o desenvolvimento de habilidades para a vida

independente/adulta, rompendo com a superproteção familiar e vislumbrando esse sujeito como uma pessoa ativa na sociedade.

Na categoria 2, que aborda a importância das parcerias para a implantação do PIT na escola. Destacamos aqui algumas das contribuições:

*O professor em sala de aula, se houver mais de um dando aulas na turma do aluno, fazer parcerias, interdisciplinaridade nas disciplinas, atividades que agreguem valores, posturas e atitudes. Professores que aprendem sobre a deficiência daquele aluno, e assim fazer atividades para ele e a turma juntos. Pensar no coletivo de transformar a escola no PIT para aquele aluno com deficiência e ele saber que é bem vindo ali. Faz parte da escola estar construindo sua identidade, seus caminhos, escolhas. Descobrir-se como pessoa e ser humano, cidadão dentro da escola. (Resposta do Aluno F)*

*Não somos uma ilha! O trabalho em equipe é fundamental no cotidiano escolar. O núcleo familiar precisa ser abraçado, assim como o aluno. A equipe precisa abraçar a causa. A construção de oficinas onde aconteça atividades estimulando/despertando atitudes e habilidades, resultaria numa sondagem de interesses (diagnose). (Resposta do Aluno G)*

A citação da importância das parcerias nas falas dos professores, estavam relacionadas tanto a parceria entre docentes para análise do aluno e planejamento do que seria interessante para o mesmo, como também parceria com instituições ou empresas que pudessem receber os alunos oferecendo a possibilidade de colocação em postos de trabalho.

Em relação à parceria na escola, Redig (2019, p. 6) discute que:

Por isso, é importante que o AEE [Atendimento Educacional Especializado], seja no formato de sala de recursos multifuncional, mediação escolar, ensino colaborativo, entre outros, garanta os suportes necessários para uma escolarização adequada, centrada no estudante. Para isso, os professores da Educação Especial em parceria com os demais docentes e profissionais que atendem o aluno com deficiência, devem trabalhar colaborativamente para o desenvolvimento das potencialidades do sujeito.

Essa parceria supramencionada é de suma importância para elaboração do PIT e para o estabelecimento de novas, pois conhecendo os alunos é que poderemos construir um processo de transição que realmente seja adequado para as demandas deste sujeito e conseqüentemente possibilitar para que ele consiga alcançar as suas metas.

Para o desenvolvimento de habilidades de forma que o sujeito com deficiência possa alcançar uma vida independente é preciso que a equipe do PIT, esteja engajada com a família, demais profissionais, comunidade e com o próprio

aluno, respeitando seus interesses e desejos e potencialidades. (REDIG, 2019, p. 7)

Na categoria 3 que refere à a importância do envolvimento do professor para a implementação do PIT na escola:

*Vendo as necessidades dos alunos alguns professores buscaram ajuda fora da escola. Foi um momento único onde vimos os alunos sendo protagonistas de suas histórias. Pensar no coletivo é essencial, e a sua colocação sobre o professor em ter um olhar a mais para o aluno com DI é de suma importância, porque o professor tem que se especializar, investigar sobre a deficiência, adaptar materiais e aplicar para o aluno. (Resposta do Aluno H)*

*Numa perspectiva de inclusão e transição para o trabalho, uma primeira ação é o olhar do professor atento as habilidades demonstradas pelo aluno com deficiência para conduzir sua aprendizagem. O conceito pejorativo de “coitadinho” e a proteção demasiada da família é uma barreira a ser desmitificada, e neste diálogo, a escola na figura do professor, visto que permanece o maior tempo em contato com o aluno, é o canal para apresentar o aluno como ser capaz dotado de habilidades que podem conduzir para a vida independente. (Resposta do Aluno J)*

Observamos nos depoimentos acima o quanto o engajamento do professor é importante nesse processo, de acordo com a resposta do Aluno K “*realmente o professor está a frente desta batalha!*”, pois sem esse compromisso o PIT não terá êxito. Como apontado nas falas, é preciso que o docente busque novas estratégias para auxiliar no desenvolvimento do aluno e trabalhe colaborativamente com seus pares e demais profissionais.

A categoria 4 aborda a importância de trabalhar a questão do preconceito para a implantação do PIT na escola:

*Creio que o maior desafio ainda encontrado é o preconceito. (Resposta do Aluno K)*

*Também acho que o maior desafio é superar o preconceito. E acrescento que devemos olhar as pessoas pelas suas habilidades e potencialidades, e não pelas deficiências e dificuldades. (Resposta do Aluno L)*

*A maior realidade de hoje é a falta de preparação, estrutura e preconceito, tipos isolados dentro do próprio convívio. (Resposta do Aluno M)*

*Seria interessante que a escola criasse um ambiente de discussão sobre este assunto, que direcionasse os alunos e que também mostrasse aos outros alunos seus pares que estes poderão futuramente estar ocupando uma vaga de emprego, isso seria importante em relação a questão do preconceito. (Resposta do Aluno N)*

Vale enfatizar que o PIT auxilia na discussão do preconceito, no sentido em que ressaltamos mais as qualidades e competências do aluno com deficiência do que suas dificuldades, reforçando a fala do Aluno N. Pegando o gancho do depoimento do Aluno P, ao planejar a saída do estudante da escola, preparando-o para o momento pós-escola, vida independente/adulta possibilitamos a visualização de inclusão nos diferentes aspectos da sociedade, como o mercado de trabalho. Por isso, organizar o processo de transição por meio do PIT, auxiliará na quebra de estigmas tanto pela comunidade escolar quanto pela família e futuros empregadores. Consideramos que a escola possa contribuir de forma efetiva para contornar questões relacionadas ao preconceito às pessoas com deficiência, principalmente quando estimular sua convivência no ambiente escolar com seus pares.

A categoria 5 que contempla a importância do desenvolvimento das potencialidades dos alunos para a implantação do PIT na escola:

*.[...] Eles precisam de segurança para demonstrar ao mundo suas potencialidades e como educadores, temos um ótimo espaço por meio do diálogo franco com essas pessoas aliado as ações pedagógicas efetivas que possibilitam orientá-los e conscientizá-los de suas potencialidades, impulsionando e mobilizando para que essas se aperfeiçoem. (Resposta do Aluno O)*

*Para que os profissionais possam mediar o desenvolvimento e aprendizagem, precisamos partir das habilidades e potencialidades do sujeito com deficiência; de forma que tais profissionais elenquem as expectativas sobre o desenvolvimento dos educandos. Tais expectativas serão fonte do trabalho pedagógico, bem como as habilidades e potencialidades. (Resposta do Aluno P)*

*O olhar é sempre voltado especificamente para o aluno e dessa forma a escola passa a perceber as potencialidades dos seus alunos, sendo assim em alguns casos precisam de ter um contato mais próximo com a família para que o todo esteja conectado. A escola precisa saber quais são os interesses e objetivos futuros dos pais e também de seus filhos para que ela possa ser mediadora desse processo de integração. (Resposta do Aluno Q)*

*..., não é porque a pessoa tem uma deficiência que deve ser considerada incapaz. Ela tem potencialidades a serem desenvolvidas. Muitos surdos desempenham importantes funções profissionais. Hoje um surdo é diretor do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) (Resposta do Aluno R)*

Observamos nos depoimentos a importância de conhecer o aluno, potencializar a sua voz para que ele desenvolva suas habilidades e competências e o quanto o docente é fundamental nesse processo. Como apontado por Paganelli (2017, não paginado) “assim, é essencial que o professor aposte no aluno. Desafie-o, oportunizando interações com o ambiente

social e cultural – ou seja, com outros estudantes, com a comunidade e com o currículo – capazes de alavancar seu desenvolvimento”. Entretanto, percebemos que o discente deve ser envolvido, mas em nenhuma fala foi colocada a necessidade de chamar o sujeito com deficiência para o processo, de engajá-lo no planejamento, sem a participação do estudante com deficiência, o PIT não será exitoso.

Na categoria 6 sobre o engajamento de todos na construção e implementação do PIT:

*Este apoio de toda a comunidade aos alunos com deficiência é muito importante e uma forma de reunir todos em prol da inclusão é exatamente a promoção de debates na escola onde informações sejam disseminadas e discutidas. (Resposta do Aluno S)*

*Olá! Então acredito que todos se todos se unirem no sentido de somar forças os resultados serão maravilhosos. (Resposta do Aluno T)*

*Realmente, precisamos percorrer um longo caminho para que essas propostas sejam inclusivas na prática e é necessário neste processo a participação de todos (Resposta do Aluno U)*

*O trabalho em equipe multidisciplinar é o ideal e cabe aos governos oferecer recursos humanos para o trabalho com a pessoa especial na escola. (Resposta do Aluno V)*

Redig (2019) informa que a equipe do PIT deve ser constituída pelos docentes da Educação Especial e turma comum, família, demais profissionais da educação e saúde e o próprio aluno, pois é ele quem guiará todo o processo. Por isso, é fundamental que toda a equipe esteja engajada de forma a estabelecer as suas funções e metas para a construção de um percurso formativo que permita uma transição estruturada e bem-sucedida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos que as contribuições direcionam seis categorias de respostas, ainda que outras discussões sejam também importantes e tenham sido discutidas durante o fórum, mas estas foram as que se destacaram. Formar para cidadania subentende mostrar que todos os indivíduos presentes na sociedade estão na escola e dela podem se beneficiar, porque a educação é um direito de todos. Neste contexto, documentos como o PIT, podem colaborar de forma significativa com a inclusão de alunos no mercado de trabalho e a visão dos professores sobre sua importância é fundamental, porque é necessário que ele acredite que assim poderá colaborar com a educação desses estudantes.

É saber que o professor é importante neste processo, que é necessário que se busque ajuda fora através de parcerias, que a família esteja junto, que o preconceito possa por meio do conhecimento afastar-se do ambiente escolar. Que o desenvolvimento das potencialidades dos alunos seja algo comum na sala de aula e que o professor acredite que o discente pode aprender e ser bem sucedido no seu itinerário formativo e que ele, docente, é uma peça chave no processo.

Estes pensamentos que verificamos fazer parte das preocupações dos professores para implantação do PIT são importantes e mostram que o fórum provocou nos mesmos uma boa reflexão sobre o tema. Sabemos que o professor, realmente, é importantíssimo para o desenvolvimento dos alunos e da educação no Brasil de modo geral, mas ele não pode fazer sozinho, assim, todas as outras necessidades apontadas são relevantes e se ancoram ao trabalho docente. Neste contexto, ele assume grande significância em relação aos alunos com deficiência, porém seu trabalho é dependente das políticas públicas, que devem ser estruturadas de modo a colaborar com a formação de tais professores, a fim de que atendam de forma melhor os alunos com deficiência. (BERNARDES, 2019, p.283)

Percebemos, então, que o acompanhamento das ações na escola que possibilitam a inclusão de educandos com deficiência é importante, assim como a obtenção da visão que se tem do trabalho realizado em tal contexto (BERNARDES, 2019, p. 287). Segundo Bernardes e Kelman (2018, p.11): “é importante percebermos neste contexto que a escola que se quer inclusiva deverá propiciar ao aluno com deficiência e a todo público estudantil uma convivência benéfica a ambos”. E a convivência na escola deve se dar em prol desta inclusão.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERNARDES, A. O. A Percepção da Coordenação Pedagógica. Seminário Internacional de Inclusão. Rio de Janeiro, 2019.
- BERNARDES, A.O., KELMAN, Celeste Azulay. **Ensinando Física a alunos com deficiência intelectual: em busca de um currículo mínimo estadual.** In: III Cintedi 2018, Campina Grande PB. Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV110\\_MD1\\_SA17\\_ID259911082018202007.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA17_ID259911082018202007.pdf). Acesso em 7 mar. 2018.
- BICALHO, R.N.M.; OLIVEIRA, M.C.S.L. The dialogic process of knowledge construction in discussion forums. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.41, p.469-83, abr./jun. 2012.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº. 3298 de 8 de outubro de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acessado em 3 de out de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, de 6 de julho de 2015. 2015.

GODOY, A. S. (1995b). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, 35(4), 65-71.

IMBERNÓN, Francisco. Formação docente e profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MASCARO, Cristina A. A. de C. O Plano Educacional Individualizado e o estudante com deficiência intelectual: estratégia para inclusão.

Revista Espaço Acadêmico – n.205 – JUNHO/2018 – MENSAL – ANO XVIII

PAGANELLI, Raquel. **O desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual e o mito da idade mental.** Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/o-desenvolvimento-de-alunos-com-deficiencia-intelectual-e-o-mito-da-idade-mental/>>. Acessado em jul de 2020.

PINHEIRO, Vanessa C. S, REDIG, Annie G. Plano Individualizado de Transição: Uma Análise do Documento Desenvolvido pela European Agency for Development in Special Needs Education. **X Seminário Internacional As redes educativas e as tecnologias. Rio de Janeiro de 01 a 04 de 2019.**

REGID, Annie G. **Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas.** Revista Educação Especial | v. 32 | 2019 – Santa Maria Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>.

RODRIGUES, Leda M. D. C. , CAPELLINI, Vera L.M.F. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 18, n. 4, p. 615-628, Out.-Dez., 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v18n4/a06v18n4.pdf>. Acessado em 22 de out de 2020.

SIQUEIRA, Carla F., REDIG, Annie G., ESTEF, Suzanli. Plano Educacional Individualizado: Uma Estratégia no Processo de Inclusão Escola de Uma aluna com Deficiência Intelectual. IV Colóquio Internacional Cidadania, Educação e Inclusão: Didática e Avaliação. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/>. Acessado em 10 de out de 2020.

Silva, N. L. P. & Dessen, M. A. (2001). Deficiência mental e família: Implicações para o desenvolvimento da criança. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 17(2). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7873.pdf>. Acessado em 10 de out de 2020.